



Potencialidade Regional e Tecnologias Sociais: o sertão Piauiense em evidência

Gestão Estratégica: Uma Abordagem dos Principais Aspectos da Governança Corporativa

Fagunes Ferreira de Moura

Professor Assistente da UFPI / Campus de Picos. E-mail: fagunesferreira@hotmail.com

Gustavo Picanço Dias

Professor Assistente da UFPI / Campus de Picos. E-mail: gustavopicanco@hotmail.com

Hélio Nunes Ferreira

Professor da Faculdade R.Sá / Picos (PI). E-mail: helionun@bol.com.br

Resumo: A governança corporativa é uma abordagem que trata da forma de governo das empresas, tendo como base seus códigos de melhores práticas de uma gestão transparente. Neste sentido, o objetivo do presente artigo é explicitar os principais aspectos dos códigos de melhores práticas de governança corporativa, através uma pesquisa bibliográfica. Entre os principais resultados desta pesquisa, a literatura ratifica a pertinência dessa temática para as empresas, independentemente do porte das mesmas.

Palavras chave: Governança Corporativa, Transparência, Crescimento Sustentável e Longevidade.

1. Introdução

A discussão sobre a governança corporativa possui importância crescente, à medida que é difundida a hipótese de que seus códigos de melhores práticas e princípios podem contribuir para aumentar o valor das empresas, através de uma gestão transparente. Assim, este artigo tem como objetivo explicitar os principais aspectos da governança corporativa, como uma estratégia relevante ao crescimento de longo prazo das organizações.

2. Procedimentos Metodológicos

O delineamento deste artigo consiste em uma pesquisa bibliográfica, ou seja, uma técnica de investigação cujo objetivo é fazer um levantamento da literatura já publicada sobre uma determinada área do conhecimento, a fim de encontrar novas concepções de pensamentos que estão sendo discutidas pelos pesquisadores.

3. Resultados e discussões

A governança corporativa é uma temática que vem sendo discutido com frequência, por ocasião das suas propostas de boas práticas, e que tem como estrutura fundamental os seus princípios básicos: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, que se colocados em prática podem contribuir favoravelmente para aumentar o valor das empresas. Neste sentido, Álvares, Giacometti e Gusso (2008, p. 43) argumentam que a boa governança está calcada em princípios que inspiram e norteiam o funcionamento das empresas e outras organizações e lhes propiciam maior credibilidade e criação de valor.

Conforme Matias (2007), as empresas que têm necessidade de obter mais vantagem competitiva no mercado acabam recorrendo, de modo estratégico, aos princípios da governança



Potencialidade Regional e Tecnologias Sociais: o sertão Piauiense em evidência

corporativa, com o intuito de transmitir uma maior confiança aos seus stakeholders (partes interessadas) e, conseqüentemente, auferir mais retorno financeiro e aumentar sua perenidade.

Além do mais, em dezembro do ano 2000, a antiga Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) contribuiu, significativamente, para a aplicabilidade das práticas de governança ao implantar o Novo Mercado e os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (Nível 1 e Nível 2). Nessa perspectiva, os mesmos são segmentos especiais de listagem desenvolvidos com o objetivo de proporcionar um ambiente de negociação que estimulasse, ao mesmo tempo, o interesse dos investidores e a valorização das companhias (BM&FBOVESPA, 2010, p. 1).

O IBGC (2009) salienta, basicamente, que o segmento de Nível 1 caracteriza-se por exigir práticas adicionais de liquidez das ações e disclosure (transparência); enquanto o Nível 2 exige práticas que dizem respeito aos direitos dos acionistas e ao conselho de administração; e o Novo Mercado diferencia-se do Nível 2 por exigir a emissão exclusiva de ações com direito a voto.

Sobre esse aspecto, Lima, Galardi e Neubauer (2006) contribuem para a discussão ao explicitarem algumas características adicionais sobre os segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA, são elas: no Nível 1, a empresa é obrigada a manter uma parcela mínima (25% do capital) de ações; no que concerne ao Nível 2, o conselho de administração passa a ter um mandato unificado de 1 ano; e o Novo Mercado tem por objetivo principal a obrigatoriedade das empresas emitirem apenas ações ordinárias.

Adicionalmente, a adoção de códigos de melhores práticas de governança corporativa passa a ser um requisito indispensável às empresas e não mais requintes, tendo em vista que a internacionalização dos mercados financeiros está cada vez mais exigente, não só com as empresas de capital aberto ou fechado, mas também com todas as empresas (ANDRADE; ROSSETTI, 2004).

De acordo com o IBGC (2009, p. 15), os princípios e práticas da boa Governança Corporativa aplicam-se a qualquer tipo de organização, independente do porte, natureza jurídica ou tipo de controle [...]. Neste sentido, é notória a percepção dos investidores em relação às empresas que adotam práticas de governança corporativa como forma de proteção aos seus acionistas e stakeholders, sendo fator determinante para a atração de investimentos e a perenidade das mesmas.

4. Considerações finais

A literatura que aborda a temática da governança corporativa considera que a mesma tem como foco central seus códigos de melhores práticas e princípios básicos e, por conseguinte, a adoção dos mesmos independe do porte da empresa, pois a necessidade de um clima de confiança entre seus stakeholders não se restringe apenas as grandes empresas.

Evidenciou-se ainda a importância atribuída às boas práticas de governança corporativa, por meio da adoção dos seus códigos de melhores práticas, considerando-se que elas influenciam significativamente a forma de gestão das empresas. Em outras palavras, tais códigos de boa governança corporativa podem proporcionar vantagem competitiva as empresas, principalmente o crescimento sustentável de longo das mesmas.

Percebeu-se também que a ênfase na adoção dos princípios da governança corporativa é considerada uma estratégia utilizada por muitas empresas para se manterem competitivas no



Potencialidade Regional e Tecnologias Sociais: o sertão Piauiense em evidência

mercado, caracterizado pela internacionalização dos mercados financeiros, ou seja, um ambiente bastante dinâmico e cheio de turbulências, a exemplo da crise financeira de 2008 no mercado imobiliário norte-americano.

5. Referências

- ÁLVARES, E.; GIACOMETTI, C.; GUSSO, E. Governança corporativa: um modelo brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS ó BM&FBOVESPA. Governança corporativa: segmentos especiais de listagem, 2010. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em: 07 jan. 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA ó IBGC. Código das melhores práticas de governança corporativa, 2009. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 17 jan. 2012.
- LIMA, I. S.; GALARDI, N.; NEUBAUER, I. Mercados de investimentos financeiros: manual para certificação profissional ANBID ó série 20 (CPA-20). São Paulo: Atlas, 2006.
- MATIAS, A. B. (Coord.). Finanças corporativas de longo prazo: criação de valor com a sustentabilidade financeira. v. 2. São Paulo: Atlas, 2007.